Excelentissimo Senhor
Ministro dos Negócios Estrangeiros,
Cooperação e Comunidades
Dr. Carlos Alberto Pires Tiny

S. T O M É

Excelência,

Francisco Carlos Afonso Fernandes, Santomense, portador do Bilhete de Identidade nº 17715, vencedor do concurso para o recrutamento do Director da Unidade de Coordenação das Ajudas, realizado nos escritorios do PNUD e tendo tomado conhecimento da anulação dos resultados por parte de Vossa Excelencia, pelo facto de pensar ou achar que o candidato vencedor não pertença a sua linha partidaria, familiar ou simplesmente da roda dos seus amigos ou ainda só porque não gosta dele, vem por este meio manifestar o seu repudio, indignação, rejeição e reclamar a justiça face a esta situação nos seguites termos:

Senhor Ministro,

Não teria sido melhor, ou não teria esquecido de enviar ao PNUD previamente a lista das pessoas não elegiveis a participação no referido concurso e caso concoressem, seriam automaticamente eliminadas ou excluidas?

Ou, por outro lado, não teria sido melhor informar ao PNUD, que no essencial, o concurso consistiria apenas na pre selecção de 3 ou mais candidatos e posteriormente submete-los ao Senhor Ministro para no seu "douto criterio" proceder-se a selecção de um deles segundo os seus criterios ou preferencia?

A não agir-se assim, a não estabelecer pre condições e vir no fim do apuramento dos resultados e selecção do vencedor e acima de tudo num processo que me parece ter sido longo, exaustivo, complexo, objectivo e transparente para a selecção do melhor, não parece ser uma atitude transparente, honesta e leal da sua parte. Porque as regras dos jogos são estabelecidas antes da jogada e nunca apos o término do jogo e do apuramento dos resultados.

Não será que tudo isso se deve simplesmente ao facto do vencedor ser Francisco Fernandes? Suponhamos, caso o vencedor fosse outro candidato, será que a reacção seria a mesma?

Se o Ministro ou o Governo não têm confiança politica, ou tecnico-profissional no vencedor, como se explica a eventual indicação do mesmo para a Embaixada de S. Tomé e Principe em Portugal, para ocupar um lugar de importancia na hierarquia da referida Embaixada, cargo esse que substituiria o

Embaixador em todas as suas ausencias na representação do Estado Santomense. Ou será que tudo não passava de uma farsa, de um presente envenenado para ter-me lá como exilado, uma especie de afastamento por conveniencia? por isso, manter-me longe e distante do país, é uma grande prioridade?

Quer o organismo gestor do referido projecto (PNUD), quer o país financiador (Portugal), quer o representante do governo santomense no Comite de selecção, todos foram unânimes em me qualificar como o melhor candidato, a melhor escolha e opção, na base de critérios técnicos, objectivos e transparentes, de acordo ao perfil, aos termos de referencia e dos objectivos do projecto, primando pela competência, domínio de conhecimentos, respeito e obediência as leis, as normas e a justiça social no país.

Senhor Ministro,

Para mim é triste e chocante, o senhor não ter tido a mínima consideração em me comunicar, quer de forma oficial, ou mesmo oficiosa, da sua decisão, de anular os resultados do concurso de modo a me excluir e afastar, evocando as razões que sustentassem uma tal decisão.

Num concurso bastante concorrido, no qual participaram 24 candidatos, com destaque para antigo Ministro, ex- Governador de Banco Central, ex dirigentes e varios quadros seniores do país, numa avalição em que o estado santomense participou em todas as etapas do processo de avaliação até ao apuramento dos resultados, culminando com a assinatura de uma acta final, o que deveria ser na minha opinião, motivo de orgulho para o Ministerio, isto é, a vitoria de um elemento de casa, foi visto da parte do Senhor Ministro, como se tratasse, de um crime contra a nação ou de um grande pecado contra o estado ou contra si pessoalmente.

Após o apuramento dos resultados e conhecido o vencedor, tive um encontro de cortesia com o Senhor e a meu pedido, como se deve estar a lembrar. Nesse encontro, eu dei-lhe a conhecer de forma oficial e formal da minha participação e do meu apuramento no referido concurso. E quando esperava receber uma felicitação da sua parte, como é habitual e de acordo com a tradição e os bons costumes santomenses, e sem se esquecer das regras protocolares da casa da diplomacia e da cortesia que com muita honra representamos, pelo contrário, o Senhor não foi capaz de esconder a sua raiva e desagrado, pela minha vitória. Dirigiu palavras para mim, quase em tons ameaçadores, confirmando de facto ter recebido na vespera do nosso encontro a carta do PNUD, em que dava conta da minha selecção como vencedor do concurso, mas acrescentando a partida que as Nações Unidas (o PNUD) não podem impor nada ao governo,... (que imposição pergunto eu? um concurso publico feito com o aval do governo e com a participação do governo?). O senhor chegou ao ponto de me afirmar, que o Director do projeco é alguem que iria trabalhar directamente com o Ministro dos Negocios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, com a Ministra do Plano e Finanças e com o

Primeiro Ministro. Ora, isso não corresponde minimamente a verdade. Porquê? Ora vejamos: Há um Director de projecto e acima desse Director, temos um Comite de Coordenação, composto por 3 Directores da administração central do estado, nomeados pelo governo e que coordenam o Projecto, sendo eles o Director da Cooperação do (Ministerio dos Negocios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades), o Director do Planeamento Economico e o Director do Tesouro e Patrimonio, ambos do (Ministerio do Plano e Finanças).

Ora, qualquer questão inerente ao projecto e que não fosse ultrapassada a nivel do Comite de Coordenação, assim como qualquer directiva, instrução ou orientação dos dois ministros ou de nivel superior, teria sempre os respectivos Directores membros do Comite de Coordenação para essa ligação. E mesmo se eu tivesse que trabalhar directamente com os referidos Ministros, onde está o problema? Que mal está nisso?

Senhor Ministro,

Para exercer uma função meramente técnica, onde o conhecimento técnico, o saber fazer e a competência lhe são exigidos e sob a coordenação de três Directores dos órgãos centrais do estado, nomeados pelo governo, será razoável haver motivo para bloqueio e anulação dos resultados do concurso por sua parte?

Será este o modelo e o espírito da democracia que defende e afirma ser um dos princípios, um dos pilares fundamentais do nosso estado de direito?

Será este o modelo de gestão, de transparência e de boa governação que garantiram ao nosso povo e aos nossos parceiros de desenvolvimento?

Excelência,

É por esta e mais razões, que o país não avança. Porque alguns pensam que o país só lhes pertence, é só deles e por isso seguem e aplicam o ditado " quero, posso, mando e faço" de forma arbitraria, arrogante e prepotente.

Senhor Ministro,

Eu não sou ingrato. Não sou daqueles que só vê êrros e só aponta falhas. Não. Eu sou frontal, objectivo e coerente. Escrevo com identidade completa e assino tudo que escrevo. Não preciso de recurso a mãos ocultas ou invisíveis, nem tão pouco a ordens secretas ou confidenciais. E tambem não é meu metodo me esconder em anonimatos, pseudonimos ou em panfletos.

Como deve estar recordando, em 1985 quando cheguei ao país após a formação universitaria no exterior, ingressei-me no então Ministerio da Cooperação, quando o senhor era Ministro. Mas é bom tambem recordar, que o regime político na altura era outro: Monolitico. Por isso, todas as portas de entrada, levariam a mesma sala comum.

Hoje, sou o primeiro a reconhecer que o senhor está tentando fazer em colaboração com os quadros do Miniterio dos Negocios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, algumas reformas. Por isso devemos lhe agradecer. Todavia, isso não lhe dá o direito nenhum de pensar e sentir-se dono do Ministerio ou muito menos, dono do país. Porque S. Tomé e Principe é de todos nós.

Enquanto titular da pasta, julgo ser seu dever e obrigação levar a cabo as reformas. Mas por outro lado, elas se enquadram perfeitamente no âmbito dos seus objectivos, agenda pessoal e ambições políticas. Por isso não se trata de fazer favor a ninguém.

Senhor Dr. Carlos Tiny,

S. Tomé e Principe não é seu, não é meu, não é exclusivamente de ninguem, mas sim, de todos nós. Neste sentido, a coabitação é imprescidivel. Doa a quem doer, goste ou não goste, o problema é seu. Se quer ter um país só seu, se quer ser dono de algum país sosinho, então escolheu o local errado. Vá procura-lo num outro planeta ou contente-se com a proclamação da "Republica Prepotente Dr. Carlos Tiny", situada no matagal de Almeirim.

Os santomenses são todos iguais perante a lei. Todos têm os mesmos direitos, deveres e obrigações. Lutar e conseguir uma vida melhor, ter direito a opção, a escolha de emprego, é um direito legítimo e inalienavel de qualquer cidadão. De igual modo que alguem deixou o cargo de Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario para trabalhar numa Organização Internacional, ou deixou o cargo de Presidente e Director Executivo de um Instituto para ser Ministro, e se a eles é dado o direito a escolha e a opção para o que é bom e melhor para eles, em cada circunstância, porque não posso ter também esse direito? É tudo tão simples quanto isso.

Senhor Ministro,

Seja o que for que aconteceu, mas há uma verdade e essa verdade consiste que fui roubado. E ser roubado por "pessoas de bem", me da uma grande honra, prazer e satisfação. É esta a maior consolação para mim, porque confirma que sou ainda mais nobre do que a soma dos que subtraíram aquilo que é meu, que conquistei com décadas de estudo, afinco, esforço, sacrifício determinação e sobretudo com muita humildade. Por isso, eu rejeito e denuncio essa decisão que é improcedente e sem qalquer base legal. Apenas reclamo e exijo a justiça.

Senhor Ministro,

Diga-me por favor, qual é a regra do jogo?

Promoção e eleição da incompetência? Pelos vistos esta é a regra. Sendo assim, então lhe peço por favor. Que me diga qual o Partido Politico e qual o candidato mais incompetente do país e eu "votarei" neles nas próximas eleições que o país prepara-se para realizar.

Ao terminar, receba Senhor Ministro, os meus melhores cumprimentos.

S. Tomé, aos 23 de Dezembro, de 2009.

O Vencedor do concurso

Francisco FERNANDES

c.c. S. E. o Presidente da Republica
S. E. o Presidente da Assembleia Nacional
S. E. o Primeiro Ministro e Chefe de Governo
S. E. o Presidente do Tribunal Supremo e S. E. o Presidente do Tribunal de contas
S. E. o Procurador Geral da Republica.
S. E. o Ministro da Justiça
S. E. a Ministra do Plano e Finanças